

Admirável diferencial humano

Idésio Coelho (*)

Em 2017, transcorrem 85 anos da publicação do best seller "Admirável mundo novo", romance futurista do escritor inglês Aldous Huxley

O emblemático aniversário da obra, referencial no segmento temático de ficção científica e política, suscita reflexões sobre o impacto da tecnologia nas pessoas, nos processos interativos, no trabalho, nas empresas e na civilização como um todo. O livro, num impressionante vaticínio, alerta sobre os riscos da padronização humana, no caso resultante da engenharia genética e da cibernetica, na busca utópica pela sociedade perfeita.

Pois bem, se utilizarmos a tecnologia apenas para a automação de processos e produção de modelos uniformes de serviços e produtos, seremos todos iguais, na vida e no mercado, como os membros das castas descritas na obra de Huxley! O que nos torna únicos, diferentes e, portanto, competitivos em tudo o que fazemos é o modo como utilizamos máquinas, equipamentos, softwares, aplicativos e os meios digitais para ir além, tomar boas decisões e encontrar soluções customizadas e inovadoras.

O diferencial humano torna-se mais fundamental e decisivo à medida que a tecnologia vai evoluindo, o que ocorre de modo cada vez mais rápido. Se não o mantivermos vivo e não o exercitarmos no cotidiano, seremos cada vez mais previsíveis e dispensáveis, no iminente advento e disseminação da internet das coisas, da inteligência artificial, da impressão 3D e dos novos avanços da TI.

Mantener o diferencial humano não significa, como às vezes se interpreta, utilizar toda essa tecnologia apenas para a automação de processos, mantendo-se as análises na base da intuição e do improviso. O grande salto é tornar o suporte tecnológico uma ferramenta eficaz para a tomada de decisões com base em informações concretas e a busca de soluções inovadoras. Aplica-se, aqui, o conceito de Business Analytics, abordagem que utiliza algoritmos avançados para processar registros de dados, possibilitando análises seguras e amplas.

As empresas estão explorando ferramentas mais sofisticadas, inclusive que "aprendem" ao longo do tempo, como robôs e inteligência artificial, que terão impacto crescente nos

escritórios de contabilidade e firmas de auditoria. Algumas empresas do setor têm feito crescentes investimentos, mas é importante que, na medida do possível, todas modernizem-se.

Devem somar-se a tudo isso, contudo, princípios éticos, conceitos de compliance e o respeito aos bons preceitos da governança, às normas e às leis. A prevalência de tais valores é fundamental numa era em que a tecnologia avançada também pode ser usada para a prática de fraudes, crimes cibernéticos e manipulação de dados. Tais situações são particularmente relevantes para profissionais da contabilidade e auditores independentes.

Assim, não é sem razão que 89% dos entrevistados em nova pesquisa da ACCA (Association of Chartered Certified Accountants), instituição global para a formação e educação continuada de contadores, com sede em Londres, tenham afirmado que "princípios e comportamentos éticos fortes tornar-se-ão mais importantes na era digital".

Foram ouvidas 10 mil pessoas em todo o mundo. Oitenta por cento acreditam que os profissionais da Contabilidade que se baseiam nas boas práticas da profissão contribuem para a capacidade das organizações de manter a ética; e 94% defendem que, nesta era digital, ainda se apliquem os princípios do International Ethics Standards Board of Accountants (IESBA).

De fato, o Código de Ética para Contadores Profissionais desse organismo é importante, sendo adotado como base para normas nacionais em mais de 120 países, dentre os quais a maioria dos integrantes do G-20, inclusive o Brasil. Os dados evidenciam com clareza o que a sociedade espera de contadores e auditores independentes, em especial no cenário brasileiro de acirrado combate à corrupção e denúncias diárias contra autoridades, políticos e empresários.

Nesse contexto, é preocupante outro dado revelado na pesquisa da ACCA: em em cada cinco respondentes admitiu ter sentido pressão para comprometer seus princípios éticos ao longo dos últimos 12 meses. Isto demonstra de modo taxativo o significado dos diferenciais humanos da firmeza de caráter, inteligência emocional e consciência cívica na interação com a tecnologia. São antigos valores que qualificam o novo mundo digital!

(*) - É presidente do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon).

Cuba estende mandato de Raúl Castro por mais 2 meses

A Assembleia Nacional de Cuba decidiu ontem (21) estender a atual legislatura por mais dois meses, o que adiará o fim do mandato do presidente Raúl Castro, que terminaria em 24 de fevereiro, para 19 de abril de 2018. Nesta data, devem ser realizadas eleições indiretas no país para escolher seu novo chefe de Estado, já que Castro, 86, prometeu deixar o cargo no ano que vem.

Ele está no poder oficialmente desde fevereiro de 2008, embora governasse Cuba provisoriamente desde julho de 2006, por causa dos problemas de saúde de seu irmão, Fidel Castro (1926-2016).

Segundo a imprensa oficial, a decisão de adiar o fim da legislatura foi tomada por causa da "situação extraordinária" provocada pelo furacão Irma, que deixou um rastro de destruição na ilha em setembro.

Em Cuba, o presidente tem mandato de cinco anos e é eleito pela Assembleia Nacional do Poder Popular, órgão Legislativo do país e composta por 612 deputados. No entanto, sua formação é controlada pelo Estado e pelo Partido Comunista de Cuba (PCC) (ANSA).

Pequenas empresas estão sendo 'massacradas'

O deputado Pedro Cunha Lima (PB), 1º vice-líder do PSDB na Câmara, saiu em defesa das pequenas empresas brasileiras e afirmou que elas estão sendo massacradas pelos altos impostos cobrados no País. "Essas pessoas são tratadas geralmente como os vilões do trabalhador, que muitas vezes são donos da sua própria bodega, do seu próprio mercado, do seu pequeno negócio, que com muito sacrifício conseguem gerar emprego e, apesar de tudo, produzir", disse.

De acordo com Pedro, o Brasil é uma nação onde se gasta mais de 1.900 horas por ano para pagar imposto. A média da OCDE é de um pouco mais de 300 horas. O parlamentar destacou que em um levantamento feito por um trabalho chamado Doing Business, que avalia o ambiente de negócio de 190 países, o Brasil ocupa a posição 125, tamanha é a dificuldade para enfrentar esse dia a dia.

Ele também usou a expressão "leviatã anêmico" do livro 'Vícios Privados, Benefícios Públicos' para classificar o País. "É leviatã, porque é agigantado, porque amarra o País, porque é voraz no controle fiscal, porque é sedento na burocracia, porque trava todo negócio que se quer produzir", relatou (psdbnacamar)."

Previdência: Temer cita Argentina como exemplo

Durante o discurso na abertura da 51ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, o presidente Michel Temer citou a Argentina como exemplo por ter aprovado a reforma da Previdência

Antes, ao recepcionar o presidente argentino, Mauricio Macri, o presidente se voltou para a imprensa e comentou "aprovou a Previdência lá na Argentina", se referindo à aprovação pelo Congresso ocorrida na terça-feira (19).

Temer disse que o Brasil está passando por muitas reformas e que uma das próximas a ser levada adiante é a da Previdência, e se referiu mais uma vez à Argentina cumprimentando o presidente Macri por ter conseguido "uma expressiva vitória em torno da reforma da Previdência no seu país".

Nos últimos meses, Michel Temer tem se reunido com parlamentares articulando a



Temer recebe Mauricio Macri, na 51ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, no Palácio Itamaraty.

aprovação da reforma da Previdência no plenário da Câmara. Apesar das intensas negociações e de o governo ter feito mudanças na proposta originalmente enviada ao Congresso, o governo avaliou que não teria os 308 votos necessários para aprovar o texto ainda este ano e adiou a votação para fevereiro de 2018.

Na reunião de ontem, o Brasil transferiu a presidência pro tempore do Mercosul para o Paraguai. O Brasil ocupou a presidência do bloco durante o segundo semestre de 2017 e retomou a discussão de temas como comércio eletrônico, facilitação do comércio e estímulo às pequenas e médias empresas (ABR).

Isenção de Pis/Cofins no combustível para caminhoneiros

A Comissão de Minas e Energia da Câmara aprovou o projeto do deputado Paulo Pimenta (PT-RS), que isenta de Pis e de Cofins a gasolina consumida por caminhoneiros. O relator na comissão, deputado Dagoberto Nogueira (PDT-MS), apoiou a redução no preço do combustível decorrente da medida. "A desoneração vai reduzir os valores dos fretes e, por consequência, os preços finais das mercadorias transportadas", disse.

O projeto também autoriza o funcionamento de postos de combustíveis na sede das associações, sindicatos e cooperativas de transporte rodoviário de carga. Nesse ponto, Nogueira apresentou emenda para exigir autorização de funcionamento por parte da ANP para todos os estabelecimentos, independentemente do tamanho.

Por fim, o texto permite que associações, sindicatos e cooperativas de transporte rodoviário de cargas atuem para reparar danos dos associados nos casos de roubo, furto, colisão e incêndio. A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada ainda pelas comissões de Trabalho; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).

Preso ex-governador do Amazonas acusado de desviar recursos

A Polícia Federal (PF) prendeu ontem (21) o ex-governador do Amazonas, José Melo, acusado de integrar um esquema criminoso que desviava recursos públicos da área da saúde. A prisão temporária foi autorizada pela Justiça Federal no Amazonas. Além da prisão do ex-governador, cujo mandato foi cassado em maio por compra de votos nas eleições de 2014, os policiais federais também cumpriram mandados de busca e apreensão em sete imóveis residenciais e comerciais da região metropolitana de Manaus.

Em nota, o MPF informou haver "fortes indícios" de que o ex-governador recebeu recursos em espécie do médico e empresário Mouhamad Moustafa, preso em 2016 durante a Operação Maus Caminhos. A investigação apurou o desvio de pelo menos R\$ 50 milhões



Ex-governador José Melo foi cassado em maio.

em recursos públicos por meio de contratos com Ongs selecionadas para administrar estabelecimentos públicos de saúde no Amazonas.

Segundo o MPF, um relatório fornecido pelo Ministério da Fazenda mostra que a movimentação financeira do ex-governador era incompatível com sua renda e sugere

práticas suspeitas, como a realização de frequentes saques em dinheiro em contas receptoras de transferências eletrônicas de várias origens, além de movimentação de grandes quantias em benefício de terceiros. Não foi possível entrar em contato com os advogados de José Melo (ABR).

Coleta seletiva obrigatória de lixo nas escolas

A Comissão de Meio Ambiente da Câmara aprovou o projeto do deputado Felipe Bornier (Pros-RJ), que torna obrigatória a instalação de lixeiras seletivas para reciclagem nas escolas públicas e privadas. Caberá à escola vender o lixo recolhido passível de reciclagem. A medida estabelece que as secretarias de Educação celebrem acordos ou convênios com entidades públicas, Ongs ou cooperativas de catadores.

Relator, o deputado Ricardo Izar (PP-SP) apoiou a iniciativa na forma de substitutivo que fixa diretrizes para a instituição de programas de reciclagem de resíduos sólidos na rede pública e privada de educação. "É incontestável o valor da coleta seletiva na promoção da mudança de hábitos e atitudes de crianças e adolescentes em relação a descarte de resíduos e na consolidação das ações integradas com vistas a educação e cidadania", opinou.



Izar incluiu no texto normas para a realização da reciclagem pelas escolas.

O projeto fixa as seguintes diretrizes para os programas de reciclagem: coordenação por um ou mais professores; enfoque participativo que envolva todo o corpo discente e docente, demais servidores, familiares dos alunos e comunidade do entorno da escola; e estabelecimento de procedimentos para descarte de

resíduos sólidos.

Segundo o texto, as escolas públicas e privadas devem instalar lixeiras, em número suficiente, para descarte de resíduos sólidos. A proposta ainda será analisada, de forma conclusiva, pelas comissões de Educação; e de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).

Proposta estabelece regras de comercialização para drones

Um projeto em análise na Comissão de Constituição e Justiça do Senado estabelece regras para a comercialização de aeronaves não tripuladas de uso civil, conhecidas como drones. Pelo projeto, constará uma advertência escrita e ostensiva sobre os riscos associados à operação do drone, bem como as proibições e possíveis penalidades por seu uso indevido.

A matéria também estabelece que, no ato da compra, será entregue ao comprador o manual de instrução, de montagem e de uso adequado do drone, em linguagem didática e com ilustrações. Além das sanções de natureza civil ou penal, o descumprimento das



No ato da compra, será entregue ao comprador o manual de instrução, de montagem e de uso adequado.

regras sujeitará o infrator às sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Conforme o autor do projeto, senador Gladson Cameli (PP-AC), os drones se popularizaram rapidamente, inclusive com o transporte de pequenas

cargas. Ele lembra que já existe uma resolução da Anac sobre o uso de drones. O senador pondera, porém, que muitas vezes os operadores não são alertados pelos fabricantes e vendedores sobre os riscos e responsabilidades associados à operação do equipamento (Ag.Senado).

Projeto fixa em 30 horas a jornada semanal dos psicólogos

A Comissão de Direitos Humanos do Senado deu parecer favorável à sugestão popular que fixa em 30 horas semanais a jornada de trabalho dos psicólogos. O texto do projeto é um substitutivo da relatora, senadora Regina Souza (PT-PI). Ela lembra, em sua justificativa, que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) apoia a proposta, buscando a isonomia da categoria com outros profissionais que atuam na área da saúde, como os de medicina, odontologia, fisioterapia, terapia ocupacional e assistência social.

Ela ainda cita um estudo do próprio CFP, demonstrando que a produtividade aumenta em vez de diminuir, a partir da definição de uma jornada semanal de 30 horas. "Estudos na área da saúde demonstram que o aumento da duração de horas não está, de maneira alguma, associada a aumento de produtividade. Pelo contrário, a excessiva carga de trabalho a diminui: um aumento de 10% no tempo de trabalho diminui a produtividade em 2,4%", afirma a senadora em seu relatório, favorável à proposta.

Ela finaliza voltando a citar o CFP, para quem a rotina dos psicólogos é marcada pelo contato constante com casos de estresse, ansiedades, luto, morte, depressão, agressividade, compulsões, transtornos, dificuldades de aprendizagem e outros problemas difíceis, que demandam a melhor assistência possível. E visando atingir este objetivo, é preciso que o profissional esteja no ápice de suas condições mentais e físicas (Ag.Senado).